

A POTÊNCIA FEMINISTA E DO CUIDADO PARA OS PLANEJAMENTOS TERRITORIAIS NA REFORMA AGRÁRIA: UM ESTUDO A PARTIR DA COMUNIDADE AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO (CASTRO/PR)

Desirée Lambert¹

Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Curitiba, PR, Brasil



Enviado em 4 nov. 2024 | Aceito em 27 abr. 2025

Resumo: O discurso do desenvolvimento como chave para a solução das crises e alcance do crescimento é afirmado e atualizado de muitas maneiras, dentre elas, pelo planejamento territorial. Como ferramenta de alcance de uma ideia moderna-colonial-patriarcal de progresso, o planejamento atinge diversos territórios com cosmovisões distintas, conflituando com a perspectiva desenvolvimentista imposta. Desta forma, este trabalho busca refletir a respeito do planejamento territorial e do cuidado protagonizado pelas mulheres para a sustentabilidade da vida nos territórios de reforma agrária. Para isso, partimos da perspectiva descolonial e feminista para analisar como o planejamento arraigado à perspectiva moderno-colonial-patriarcal de saber/poder vêm sendo idealizado e projetado sobre as sujeitas, os sujeitos e seus territórios. Buscando construir uma pesquisa-ação a partir da experiência de planejamento territorial com a comunidade agroecológica Maria Rosa do Contestado, no município de Castro (Paraná), objetivamos levantar indicações sobre a pertinência da incorporação do cuidado aos planejamentos territoriais. A experiência no Maria Rosa do Contestado pode demonstrar a importância que as mulheres da comunidade ao gerirem a vida de suas famílias e assim oferecerem condições para a sustentabilidade da vida. Acreditamos que ao tensionar as relações de saber-poder, os planejamentos territoriais pensados sob a ótica feminista e do cuidado e concebidos desde as sujeitas e sujeitos de movimentos sociais reforcem assim a existência de múltiplas ontologias e a demanda por reconhecimento de territórios outros.

Palavras-chave: mulheres; cuidado; planejamento territorial, reforma agrária.

LA POTENCIA FEMINISTA Y DEL CUIDADO PARA OS PLANTEAMIENTOS TERRITORIALES EN LA REFORMA AGRÁRIA: UN ESTUDIO DESDE LA COMUNIDAD AGROECOLÓGICA MARIA ROSA DO CONTESTADO (CASTRO/PR)

Resumen: El discurso del desarrollo como clave para resolver las crisis y lograr el crecimiento ha sido afirmado y actualizado de diversas maneras, incluida la planificación territorial. Como herramienta para alcanzar una idea de progreso moderno-colonial-patriarcal, la planificación abarca diferentes territorios con diferentes cosmovisiones, en conflicto con la perspectiva desarrollista impuesta. De esta manera, este trabajo busca presentar algunas reflexiones sobre la planificación territorial y el cuidado que brindan las mujeres para la sostenibilidad de la vida en los territorios de la reforma agraria. Para ello, partimos de la perspectiva descolonial y feminista para analizar cómo la planificación arraigada en la perspectiva moderna-colonial-patriarcal de saber-poder ha sido idealizada y proyectada sobre los sujetos y sus territorios. A partir de la experiencia de planificación territorial de la comunidad rural Maria Rosa do Contestado, en el municipio de Castro (Paraná/Brasil), buscamos crear un cronograma sobre la relevancia de incorporar el cuidado en la planificación territorial. La experiencia de Maria Rosa do Contestado puede demostrar la importancia de las mujeres de la comunidad en la gestión de la vida de sus familias, produciendo alimentos, construyendo espacios de socialización, brindando espacios para celebraciones religiosas, etc., ofreciendo condiciones para la sostenibilidad de la vida. Creemos que al tensionar las relaciones de poder, la planificación territorial pensada desde una perspectiva feminista y cuidadora y concebida desde los sujetos de los movimientos sociales, los pueblos y las comunidades tradicionales puede así fortalecer la existencia de múltiples ontologías y la demanda de reconocimiento desde otros territorios.

Palabras-clave: mujeres; cuidado; planteamiento territorial; reforma agraria.

THE FEMINIST AND CARE POWER IN TERRITORIAL PLANNING FOR AGRARIAN REFORM: A STUDY FROM THE AGROECOLOGICAL COMMUNITY MARIA ROSA DO CONTESTADO (CASTRO/PR)

Abstract: The development discourse as a key to solving crisis and achieving growth is affirmed and updated in many ways, among them, by territorial planning. As a reaching tool of a modern-colonial-patriarchal notion of progress, planning reaches various territories with different worldviews, conflicting with the imposed developmentalist perspective. In this manner, this work seeks to reflect about territorial planning and the care led by women for the sustainability of life in agrarian reform territories. For this purpose, we depart from the decolonial and feminist perspective to analyze how planning rooted in the modern-colonial-patriarchal perspective of power/knowledge has been conceptualized and projected onto women, men, and their territories. Seeking to build a research-action from the experience of territorial planning with the agroecological community Maria Rosa do Contestado, in the municipality of Castro (Paraná), we aim to gather indications regarding the relevance of incorporating care into territorial planning. The experience in Maria Rosa do Contestado can demonstrate the importance of women in the community managing their families lives and, consequently, providing conditions for the sustainability of life. We believe that by challenging knowledge-power relations, territorial planning conceived from a feminist and care perspective and designed from the woman and man of social movements reinforce the existence of multiple ontologies and the demand for recognition of other territories.

Keywords: women; care; territorial planning; agrarian reform.



Introdução

Plano de gestão territorial e ambiental, plano de vida, plano de desenvolvimento do assentamento, projeto de desenvolvimento sustentável, plano de recuperação de assentamento, projeto de assentamento florestal. Esses são alguns dos muitos planejamentos concebidos pelo Estado e implementados por instituições públicas e privadas visando o desenvolvimento do campo brasileiro. Estas duas palavras, planejamento e desenvolvimento, apesar de naturalizadas em nosso vocabulário, carregam uma forma de conceber e fazer o mundo (ESCOBAR, 2014; KOTHARI et al, 2022).

Tornando-se instrumento de racionalização da vida, o planejamento visa, tanto dar suporte à reprodução ampliada do capital quanto exercer o controle sobre as diferentes formas de existência humana e não humana, moldando assim não apenas as estruturas institucionais e financeiras, como também a maneira como as pessoas compreendem a vida e se autodefinem enquanto sujeitos (ESCOBAR, 2014).

Em contrapartida, seja por normativas legais para regularização de áreas ocupadas, seja por demanda dos próprios grupos e movimentos sociais, planejamentos territoriais são desenvolvidos em comunidades e utilizados como ferramentas de luta e reconhecimento das mesmas. Trazemos como exemplos: “[...] qualquer coisa que quiser fazer hoje se não tiver o plano você não pode cobrar o parceiro. Agora com o plano, não tem por onde correr.” (POVO RIKBAKTSÁ, 2014); “... começamos este Plano de Gestão discutindo nossa cultura e listando propostas que devem valorizar nosso jeito de ser, fazer e conhecer o mundo....” (ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU et al., s.d.); “a elaboração do plano serviu para nos posicionarmos junto às diferentes esferas governamentais para reivindicar nossos direitos e definirmos coletivamente o futuro que queremos.” (FAVILLA, et al, 2019, p.9).

Em relação ao campo brasileiro, no que se refere à regularização dos territórios de camponeses, dentre os instrumentos legais que normatizam os planos territoriais destaca-se a instrução normativa nº 129, de 15 de dezembro de 2022, desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que dispõe sobre procedimentos administrativos para execução de projetos de assentamento e de projetos de

assentamento ambientalmente diferenciados (BRASIL, 2022). Ainda, há o decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2012), que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e tem os planos de gestão territorial e ambiental (PGTA) das terras indígenas como importantes ferramentas de implementação desta política (FUNAI, 2013).

Estes projetos e planos podem ser elaborados tanto entre as comunidades e os setores públicos, como também com a integração de setores privados e organizações não governamentais (ONGs). No exercício de diálogo entre o que se exige desde as instituições e o que se deseja alcançar pelas comunidades envolvidas por estes planejamentos, temas, ora impostos ora anunciados pelos próprios grupos envolvidos, são redefinidos: saúde; educação; movimento indígena; caça; espiritualidade; cultura; artesanato; pesca; vegetação; transporte; roçado; cosmologia; comunicação; soberania alimentar; turismo; agroecologia etc. Estes são alguns dos temas-chaves interdependentes que, variando de um grupo para o outro, anunciam as especificidades de cada povo e seu território.

Nesse sentido, ao tencionar as relações de poder, de afirmação de identidades, de autogestão e de controle sobre as vidas humanas e não humanas, os conteúdos dos planejamentos podem reforçar a existência de múltiplas ontologias e a demanda por territórios outros, ainda que inseridos nas tramas de relações de poder/saber (Acselrad, 2010). Nos mesmos territórios onde se impõe institucionalmente o desenvolvimento, estratégias que visam fortalecer a vida em sua ampla dimensão são promovidas, sobretudo, pelas mulheres.

Partindo da perspectiva de que sustentabilidade da vida e o cuidado protagonizado pelas mulheres em suas práticas cotidianas são indissociáveis, pesquisadoras e urbanistas reivindicam a construção de planejamentos territoriais elaborados desde a perspectiva feminista e do cuidado. Ou seja, a produção de planejamentos que reconheçam trabalhos e ações que dão sustentabilidade às condições materiais e imateriais de existência, em relacionalidade com as/os sujeitas/os, seus territórios e as demais vidas não humanas (PUNT 6, 2017; ZURIA et al., 2020).

Desta forma, a partir da matriz teórica descolonial e feminista, - buscamos neste trabalho investigar de que maneira a perspectiva feminista e do cuidado pode ser incorporada aos planejamentos territoriais, e em que impulsiona outros mundos possíveis. Para isso, nos debruçaremos na experiência de elaboração de um planejamento territorial para a comunidade agroecológica Maria Rosa do Contestado - acampamento coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizado no município de Castro-PR, ocupado hoje por 63 famílias.

Desde 2015 a comunidade enfrentou diversos conflitos para destinação da terra à reforma agrária, e apostaram no planejamento territorial como ferramenta de reivindicações de direitos. A partir do diálogo com o Coletivo de Planejamento Territorial e Assessoria Popular (PLANTEAR) – projeto de extensão da Universidade Federal do Paraná -, entre 2021 e 2023, trabalhos voltados a elaboração de um desenho territorial que expressasse as demandas comunitárias foram desenvolvidos. Ao passo que eram promovidos trabalhos de campo, oficinas, reuniões, rodas de conversas, sistematização de experiências e cartografias sociais e por meio do engajamento das/os pesquisadoras/es e extensionistas com a comunidade para o planejamento territorial, ficava evidente também o papel fundamental que as mulheres acampadas tinham em construir a vida comunitária.

Por isso, a partir de uma pesquisa-ação e em co-elaboração com as/os moradoras/es e pesquisadoras/es que compartilharam esta prática, buscamos, a partir do relato desta experiência de planejamento territorial, levantar apontamentos sobre em que medida a inclusão das práticas e reivindicações das mulheres que ali vivem expressam formas *outras* de compreender e criar mundos possíveis.

Para tal, na primeira parte deste artigo, exploraremos os conceitos de desenvolvimento e planejamento territorial, visando enxergar suas contradições e de que maneira estas práticas/discursos não só invisibilizam os trabalhos e o cuidado historicamente exercidos pelas mulheres, como também corroem as condições de existência materiais e imateriais da vida. Posteriormente, na segunda parte deste texto, discorreremos sobre a experiência de planejamento territorial com a comunidade Maria Rosa do Contestado trazendo, a partir da sistematização de oficinas e relatos de campo, elementos concretos que sinalizam a pertinência do cuidado e o protagonismo das mulheres para a continuidade da vida comunitária. Por fim, na terceira parte do trabalho, retomamos os conteúdos do desenvolvimento e do planejamento territorial, porém buscando traçar alternativas a estes desde a ótica feminista e do cuidado.

Na medida que fissuras na estrutura indivíduo/mercado/ciência se tornam mais evidentes, formas relacionais de produção da vida poderão ser melhor percebidas (ESCOBAR, 2014). Acreditamos que olhar a partir do planejamento construído desde as sujeitas e sujeitos amplifica os horizontes de compreensão de experiências não dualistas de produção da vida que, mais que uma utopia, já são exercidas e promulgadas por aquelas e aqueles que lutam por mundos mais justos.

Planejamento territorial: para que? Para quem?

O planejamento é um instrumento que, articulado em várias escalas, visa programar, ordenar, controlar e verificar processos para ordenamento espacial. Segundo Escobar (2000), o planejamento tornou-se um símbolo da aplicação do conhecimento científico e técnico que dá legitimidade a uma concepção de desenvolvimento e crescimento.

Forjado na Europa Ocidental, a introdução do planejamento pelos países do Norte Global nas demais partes do mundo se deu através de imposições e mudanças estruturais em prol do desenvolvimento. A elaboração de conhecimentos especializados capazes de dar suporte para a solução dos “problemas de desenvolvimento” e a construção arbitrária do que significa o “subdesenvolvimento” foram grandes mecanismos propulsores das práticas e dos discursos de desenvolvimento pelo mundo (ESCOBAR, 2014). Desta forma, o desenvolvimento enquanto modelo econômico, social, cultural e político de consolidação do modo de produção capitalista e de uma matriz colonial de saber-poder, se concretiza e ganha força a partir de um grande aparato técnico e institucional.

O mundo passa então a ser tendenciosamente dividido entre países desenvolvidos, aqueles com alta influência econômica e política sobre o mundo, e países subdesenvolvidos, aqueles que para as agências internacionais teriam altas taxas de pobreza e pouco crescimento e influência na economia global. Os países e as populações não adequados são relegados na hierarquia global de desenvolvimento, reduzindo-os a uma representação de pobreza e miséria, “uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada.” (ESTEVA, 2000, p.60).

Diante dessa simplificação interessada, aos países subdesenvolvidos é dada a tarefa de alcançar o estágio de desenvolvimento nos moldes das determinações do Norte Global. No entanto, passadas algumas décadas, poucos países conseguiram atingir os indicadores econômicos dos chamados países desenvolvidos:

O problema não está nas falhas de implementação, mas na concepção de desenvolvimento como crescimento linear, unidirecional, material e financeiro, movido pela mercantilização e pelos mercados capitalistas. Apesar de inúmeras tentativas de ressignificar o desenvolvimento, ele continua sendo aquilo que os “especialistas” gerenciam na busca pelo crescimento econômico, medido unicamente pelo PIB – um indicador de progresso raso e impreciso do ponto de vista do bem-estar (KOTHARI et al., 2021, p. 37).

Estudos, produção de relatórios, criação de indicadores (como o Produto Interno Bruto e posteriormente o Índice de Desenvolvimento Humano) promovidos por organizações internacionais, acompanhado da construção de agências de fomento ao desenvolvimento são alguns dos instrumentos utilizados para reproduzir e atualizar as técnicas e o discurso do desenvolvimento, e que, mesmo com suas atualizações e incorporação de novos conceitos - como empoderamento feminino, sustentabilidade, diversidade etc. - mantém a estrutura moderno-colonial-patriarcal do desenvolvimento².

A difusão do desenvolvimento através do planejamento ganha maior força no momento em que as elites dos países subdesenvolvidos se apropriam do discurso moderno de progresso, acreditando que através do planejamento e desenvolvimento seria possível construir um país próspero (ESCOBAR, 2000). Nesse sentido, o papel dos Estados Nacionais passa a ser o de oferecer recursos naturais, infraestrutura e proteção jurídica a grandes empresas e corporações, restringindo o acesso à natureza das comunidades locais e impulsionando a eliminação da pluralidade de vida humana e da biodiversidade não humana (KUHEN, 2017).

Concebido desde uma perspectiva linear de crescimento econômico, a utilização do planejamento como meio para alcance do desenvolvimento carrega uma forma particular e dicotômica de conceber/fazer o mundo que opõe humanidade e natureza, sujeito e objeto, mente e corpo, masculino e feminino, civilizado e bárbaro. Essa proposta dá sustentação ao modelo de desenvolvimento e legitima a coerção de tudo aquilo que atrapalhe o crescimento: “A natureza, as mulheres e outras pessoas, a exemplo dos imigrantes, continuam garantindo a manutenção da estratégia de desenvolvimento que privilegia o patriarca, branco e europeu [...]” (KUHEN, 2017, p.3).

Aproximando-nos dos estudos feministas podemos identificar que os binarismos criados pela modernidade dicotomizam a relação humanidade e natureza, convertendo a segunda em um recurso a ser dominado e utilizado com base nos interesses do primeiro, o ser racional. Esta concepção cartesiana e masculina também coloca a mulher ao lado da natureza como algo não racional e descontrolado, tornando-a também um território de invasão, dominação, exploração e controle (FEDERICI, 2017; KUHEN, 2017). A mulher, ao lado da natureza e em oposição à perspectiva colonial de civilização e desenvolvimento, corroborou para a desconexão entre o humano e natureza e para uma hierarquização dos sujeitos (KEMPF, et al, 2022).

Como levanta Kuhnen (2017), a mulher, o selvagem, a terra virgem, o território de ninguém são matérias para o crescimento econômico e o desenvolvimento, e só adquirem valor à medida que incorporam a economia de mercado.

² Como destacado no livro “Pluriverso: Um Dicionário do pós-desenvolvimento (2021)”, a Organização das Nações Unidas (ONU) busca levantar soluções para diminuição da pobreza nos países em desenvolvimento, mesmo sem questionar os fundamentos para tais condições; a enraizada estrutura dos antigos valores patriarcais é levada adiante pelos desenvolvimentos; os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável continuam reproduzindo a crença no crescimento econômico como motor do desenvolvimento; enfatiza-se a ciência e tecnologia como chaves para o melhoramento da vida social sem questionar a origem e o propósito desta produção científica; cultura e espiritualidade aparecem como elementos para servir as necessidades dos ODS e não como parte de cosmovisões outras, não necessariamente convergentes com as intencionalidades dos ODS.

[...] Todavia, essa abordagem desenvolvimentista não representa um desenvolvimento autêntico para todos, humanos e formas não humanas de vida. Antes, trata-se de um 'desenvolvimento', isto é, uma falta de envolvimento com a natureza e um distanciamento dos ciclos de vida naturais, considerados um impedimento para a perspectiva acelerada da produção do agronegócio. Se uma semente de milho crioula leva quatro meses para gerar novas sementes que podem ser plantadas para dar continuidade ao ciclo da vida, a semente geneticamente modificada gera um produto a ser comercializado em apenas três meses. Mas, é uma semente criada em laboratório, separada da natureza, que já nasce morta e sem liberdade. É a expressão de uma natureza cujo valor é medido apenas como objeto de apropriação, de recurso que pode ser transformado em rendimento monetário. [...] a colonização da semente vê a natureza como um entrave e, à semelhança da colonização do corpo da mulher [...] (KUHNEN, 2017, p. 09).

Tal como a natureza é convertida em recurso, as propostas de inclusão das mulheres ao desenvolvimento passam pela incorporação destas ao mercado de trabalho, "invisíveis, tratadas paternalisticamente ou usadas como critério para determinar o grau de atraso ou desenvolvimento, especialmente no 'Terceiro Mundo'." (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017). Ainda quando integradas ao mercado, tornam-se ferramentas para o alcance do desenvolvimento e não propriamente como recebedoras do bem-estar supostamente alcançado por este (SAMPER-ERICE; CHARÃO-MARQUES, 2017)³.

Como ferramenta de implementação do desenvolvimento, o planejamento impõe mudanças estruturais e comportamentais. Pesquisadoras urbanistas que investigam o planejamento desde uma perspectiva feminista, o entendem para além de uma aplicação de técnicas para o alcance do desenvolvimento e bem-estar geral, mas também como parte de uma perspectiva androcêntrica e patriarcal que reproduz violências múltiplas, afetando cotidianamente as vidas e os corpos das mulheres (PUNT 6, 2019).

O planejamento do espaço, uma ideia ancorada na modernidade, passa a ser configurado a partir do dualismo público-privado, que divide o produtivo e o reprodutivo, designando funções específicas com base em ideais genéricos do feminino e do masculino, tendo como fim a reprodução de um modelo de desenvolvimento e de vida opressivo (PUNT 6, 2019). Às mulheres foi designada a vida privada para as atividades do cuidado; aos homens, a vida pública voltada às atividades produtivas.

Tarefas como limpar a casa, cuidar do roçado familiar e de pequenos animais, lavar a roupa, cozinhar, ou seja, resolver as necessidades materiais de reprodução da vida dos integrantes de uma família passam a ser atividades vinculadas à vida privada. A naturalização e identificação destas atividades como exclusivamente femininas levaram à desvalorização das mulheres, relegadas à casa. Argumento falso, já que muitas mulheres também aparecem na vida pública, como em mercados, escolas e serviços de saúde, e em empregos de diaristas, cozinheiras, enfermeiras, cuidadoras, professoras etc.

Assim, os trabalhos que compõem a reprodução da vida atravessam a escala do corpo, da casa, da comunidade e toda a vida pública, ainda que em condições precárias para suas realizações. A precariedade dos serviços de transportes, a ausência de serviços assistenciais para mulheres e seus filhos, a incorporação das mulheres em trabalhos precários e mal remunerados, o estrangulamento

³ Em um recente ensaio, Nancy Fraser (2023) pontua que no atual estágio do Capitalismo, além da incorporação da mulher ao mercado de trabalho, os salários são também reduzidos, sendo necessário um aumento das horas de trabalho para dar conta de custear as necessidades de reprodução do núcleo familiar, havendo assim a busca crescente dos serviços de terceiros para suprir os trabalhos do cuidado. Analisando as famílias do Norte Global, Fraser destacará o trabalho das mulheres imigrantes e racializadas em preencher a "lacuna dos cuidados", que por sua vez necessitaram de outras cuidadoras ainda mais pobres para desenvolver as mesmas funções em suas famílias "e assim por diante, em 'cadeias globais de cuidado' cada vez mais longas." (FRASER, 2023, s.p).

de políticas voltadas à produção de alimentos que oferecem uma viabilidade econômica para que mulheres e suas famílias possam viver e produzir no campo, são marcas de uma produção espacial voltada à circulação e ao comércio de mercadorias e serviços, e não ao suprimento das condições de existência. Porém, ao analisarmos as tarefas que suprem as necessidades de reprodução da vida desde a perspectiva do cuidado, conseguimos identificar a indissociabilidade entre estes trabalhos, as/os sujeitas/sujeitos e seus territórios.

Embora sejam atividades que possam ser realizadas por sujeitos com diferentes identidades de gênero, as atividades que compõem o cuidado estão frequentemente relacionadas às mulheres, tendo em vista o papel histórico destas em desempenhar ações em prol da gestão da vida. Porém, ainda que com similitudes ao trabalho doméstico, os cuidados podem ser compreendidos como atividades sociais capazes de regenerar cotidianamente as condições físicas e emocionais das pessoas (PÉREZ-OROZCO, 2019). Deste modo, o cuidado “busca visibilizar, dar conta da contribuição das mulheres a uma economia alternativa que não apenas mede o trabalho remunerado” (BATTHYANY, 2020).

Atividades do cuidado envolvem então tanto satisfazer as necessidades materiais (facilmente reconhecidas como trabalho doméstico), como também com ações que buscam suprir as demandas emocionais, assim como a gestão mental para dar conta das diferentes tarefas voltas ao que e a quem se cuida (PÉREZ-OROZCO, 2017). Mais ainda, aproximando-nos das epistemologias ecofeministas e descoloniais, a partir do cuidado, conseguimos expressar a indissociabilidade e a relacionalidade entre os sujeitos e seus territórios para a reprodução das vidas humanas e não humanas, entendendo o humano como parte do lugar que habita (ZURIA, et al, 2020).

Pensar o cuidado desde a perspectiva socioambiental, ou também desde a complexa trama da vida, implica em reconhecer e lembrar que habitamos a Terra, que pertencemos a um território, que a todo tempo nos relacionamos e coexistimos com outros seres vivos, com outros sistemas e ciclos naturais que nos permitem manter-nos vivos. Em suma, o que acontece com outros seres e com nossos territórios nos afeta e viola a possibilidade não só de cuidar, mas de viver. (ESPINAL; VARGAS, 2020, s.p., tradução nossa)

Deste modo, ao pensar o planejamento desde a perspectiva feminista e do cuidado, podemos enxergar as diversas dimensões que compõem a sustentabilidade da vida e que, ao contrário, desde os binarismos da modernidade e do desenvolvimento, são vistas apenas como condição para a reprodução da força de trabalho: “Al hablar de sostenibilidad de la vida solemos considerar el sistema socioeconómico como un engranaje de diversas esferas [...] que excede los mercados y cuya articulación ha de ser valorada según el impacto final en los procesos vitales.” (PÉREZ-OROZCO, 2017, p. 77).

A partir do cotidiano, podemos perceber um conjunto de ações que, sejam realizadas regularmente (como ir ao trabalho, cuidar das plantações e limpar a casa) ou em momentos particulares (como ir à igreja, participar de uma festa, ir ao posto de saúde), apontam elementos que marcam de que maneira uma comunidade ou grupo social realiza suas condições de existência. Incorporar estes elementos ao planejamento torna-se possível a partir da valorização do cuidado e do reconhecimento do protagonismo das mulheres em dar sustentabilidade à vida, potencializando assim um planejamento que se tece a partir da realidade dos sujeitos e sujeitas, e não de parâmetros e normas descontextualizados da realidade e dos saberes de uma comunidade.

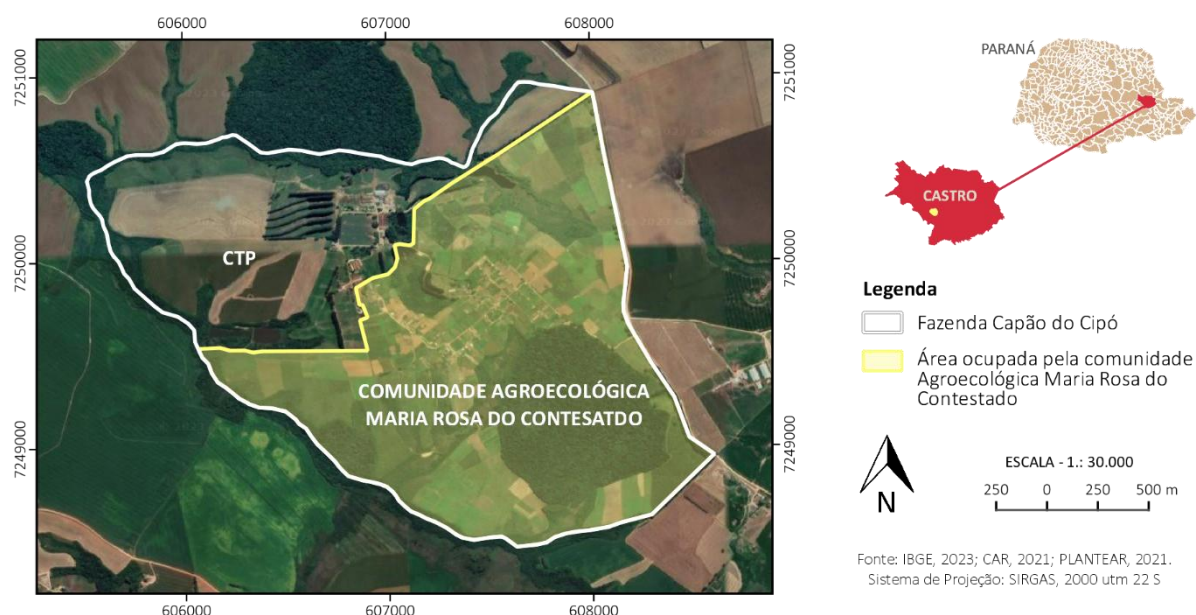
De que maneira é possível construir um planejamento territorial que garanta a sustentabilidade da vida no campo? Como incorporar as questões que articulam o cuidado ao planejamento? De que maneira, desde os cuidados, as mulheres estão redesenhando seus territórios?

Comunidade Agroecológica Maria Rosa do Contestado: traçando alternativas ao planejamento

A incorporação do planejamento territorial como ferramenta de reconhecimento de comunidades e das/os sujeitas/os que ali vivem vem sendo feita por muitos grupos sociais. Aqui, nos debruçamos na experiência de planejamento territorial desenvolvido com/para a comunidade Maria Rosa do Contestado, um acampamento coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que desde agosto de 2015 reúne dezenas de pessoas de idades, identidades de gênero, cores, religiosidades e trajetórias de vida diversas⁴.

A comunidade ocupa a Fazenda Capão do Cipó (Figura 01), uma área pública da União que há mais de 20 anos, a Fundação ABC e o Centro de Treinamento para Pecuaristas/CTP⁵ (CEPPUR et al, 2022) utilizavam sem nenhuma base legal, no município de Castro/PR. Este município faz parte de uma região marcada pela produção de *commodities* de soja e milho.

Figura 1 - Comunidade Maria Rosa Do Contestado - Castro/PR



Fonte: A autora, 2023.

Dividindo há oito anos o uso da fazenda com a CTP, em um território de 640 ha e com cerca de 63 famílias, a comunidade focou na produção de forma agroecológica. Adquiriu certificação orgânica, criou e consolidou a Cooperativa dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária Maria Rosa do Contestado (Confran), bem como a construção de uma cozinha comunitária e a participação em editais públicos de entrega de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, realizam atividades festas, bailes, celebrações de diferentes atrizes religiosas, feira de sementes e de produtos orgânicos, ações para a

⁴ De acordo com o jornal Brasil de Fato, 200 famílias estavam presentes na data da ocupação e formação do campamento, ver mais em: <https://11nq.com/Ry9fe>. De acordo com o relato das moradoras e moradores, mais de 300 famílias já passaram pela comunidade, sendo o território atualmente ocupado por 63 famílias.

⁵ A fundação ABC trata-se de uma instituição voltada ao desenvolvimento de pesquisas e tecnologias voltadas ao agronegócio. Em consonância, o CTP é um espaço para pesquisas ligadas a produção de leite e o treinamento de produtores leiteiros.

alfabetização de jovens e adultos e contribuem para a doação de alimentos em comunidades urbanas vulneráveis⁶.

Diante de um contexto de congelamento das políticas de reforma agrária, além das recorrentes ameaças de despejo, como demanda surgida desde o MST e da comunidade para a Universidade, nasce a necessidade de pensar um planejamento territorial que expresse uma alternativa para o uso e ocupação da terra. Assim, o coletivo Planejamento Territorial e Assessoria Popular (PLANTEAR)⁷, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que já havia participado de um projeto semelhante na comunidade do Padre Roque Zimmermann⁸(Castro/PR), é convidado a propor uma forma de planejamento que mostre a viabilidade de uma forma *outra* de produzir e viver na terra.

Um conjunto de premissas foram colocadas inicialmente pela comunidade e pelo MST: construir lotes menores que garantissem a subsistência das famílias e a comercialização do excedente, consolidar uma produção agroecológica; criar uma área coletiva de cultivo destinada ao plantio de feijão, trigo e milho orgânicos⁹; projetar espaços destinados à produção e uso comunitário. Articulando estudantes, pesquisadoras/es e professoras/es dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Direito, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil e Geografia, junto às moradoras e moradores do Maria Rosa, durante os anos de 2021 e 2022 elaboramos uma série de oficinas e estudos que deram suporte a uma proposta *outra* de planejamento territorial¹⁰. Durante este período, buscamos construir tanto uma proposta de desenho e uso dos lotes individuais de cada família, quanto das áreas coletivas. Neste trabalho, nos atentamos ao processo de elaboração das áreas coletivas da comunidade.

Sendo acolhidos, compartilhando os alimentos, conhecendo os espaços e participando das atividades que permeiam o cotidiano, percebemos corpos específicos construindo as relações que tecem a vida comunitária. São fundamentalmente as mulheres que, para além dos afazeres relacionados ao suprimento das necessidades de suas vidas e de seus filhos ou parentes mais próximos, têm os espaços e ações comunitárias como condição para a sustentabilidade da vida. São corpos que produzem ações e marcam espacialmente relações outras com as demais pessoas, com a vegetação, enfim, com as demais vidas humanas e não humanas.

Deste modo, a partir do relato de algumas oficinas voltadas ao planejamento da área comunitária e da escuta ativa no decorrer da elaboração do planejamento territorial, trago a experiência do desenho territorial do Maria Rosa como um disparador de questionamentos a respeito dos formatos convencionais de planejamentos para os territórios camponeses e de possibilidades de incorporação do cuidado como diretriz para pensar planos territoriais que viabilizem a sustentabilidade da vida.

Em uma das oficinas realizadas com as moradoras e moradores da comunidade do Maria Rosa e a partir das mandalas construídas por uma das moradoras do acampamento (Figura 02), buscamos

⁶ Durante a pandemia do COVID-19 houve uma forte articulação das famílias do Maria Rosa para a doação de alimentos população urbana do município de Castro (MST, 2023). Passado a pandemia, as/os moradoras/es relatam a continuidade desta ação nos bairros mais pobres da cidade.

⁷ Cabe destacar que me insiro nesta experiência como integrante do coletivo PLANTEAR, do qual faço parte desde 2019, e que por meio de projetos de extensão universitária buscamos oferecer assessorias e construir juntamente com os movimentos sociais, subsídios técnicos que auxiliem as comunidades na defesa de seus territórios.

⁸ O artigo "Conflitos pela Reforma Agrária e Mundos Possíveis: Planejamento de um assentamento Agroecológico no Município de Castro (PR)" descreve e analisa o processo de elaboração do planejamento territorial para o Padre Roque (FALCADE-PEREIRA et al, 2021).

⁹ Ver mais em: <https://acesse.dev/BrJco>.

¹⁰ A articulação entre o PLANTEAR e a comunidade do Maria Rosa inicia-se em 2020, a partir de um estudo técnico demandado pelo MST, que buscou analisar a possibilidade de uso compartilhado da fazenda Capão do Cipó entre um assentamento de reforma agrária e um equipamento de ensino (CEPUR et al, 2020).

abordar quais seriam os temas-chaves - “funções” - que pudessem guiar o planejamento dos espaços comunitários, ou seja, qual a intencionalidade dos espaços construídos e que se desejam construir na comunidade.

Foram destacadas seis funções principais: produção, espiritualidade, saúde, educação, lazer e natureza. A partir destas funções, que representavam cada ponta de uma mandala, começamos a pensar quais ações e sentimentos estavam ali presentes e que correspondiam a pelo menos uma função, para assim poder enxergar o que já vem sendo construído pela comunidade e se há ou não a necessidade de criação de novos espaços para a continuidade das atividades (Figura 02).

Figura 2 - Oficina da mandala – Investigando as funções e ações dos espaços comunitários da comunidade Maria Rosa do Contestado



Fonte: PLANTEAR, 2022.

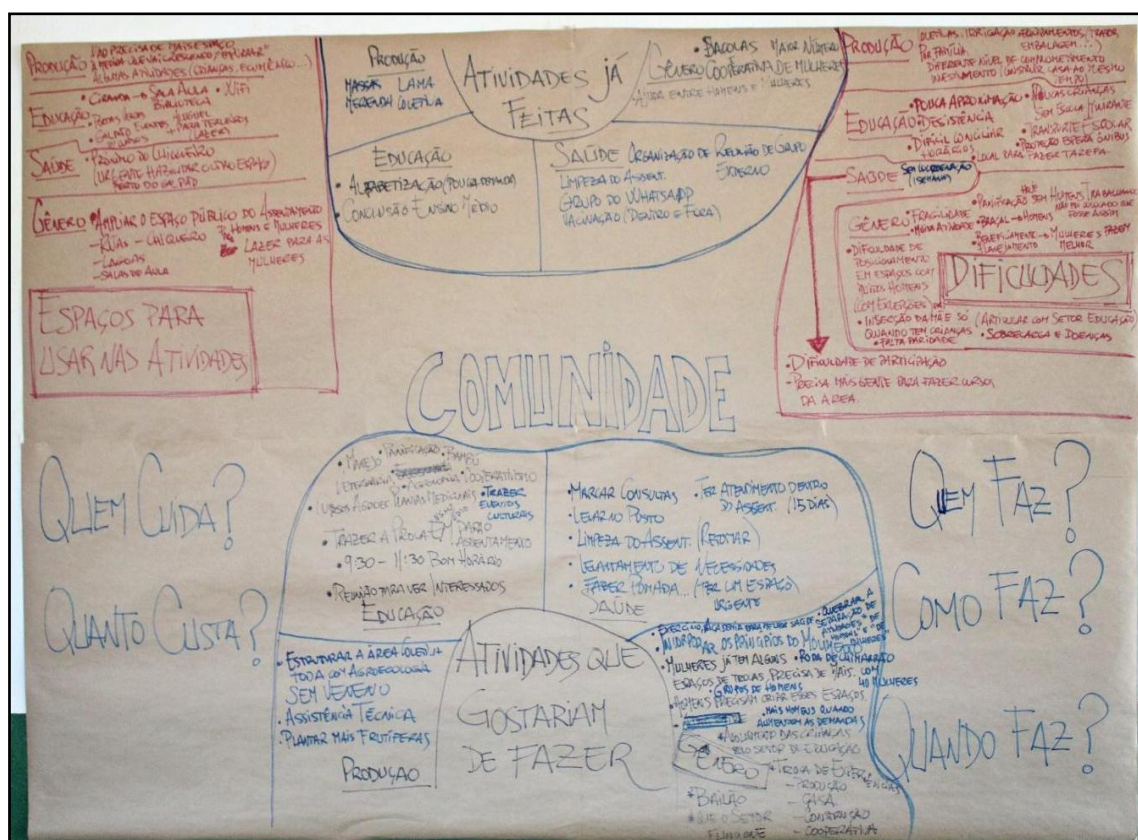
Como representado pela figura 02, a ação “pescar” pode estar ligada à função do lazer, assim como a ação “participar das oficinas” pode corresponder à função de educação. Logo foi possível perceber que ainda que conseguíssemos conectar uma ação a uma função específica, estas sempre teriam uma relação com as demais funções da comunidade – daí a necessidade de, como mostra a Figura 02, conectarmos estas funções através do barbante com os demais eixos presentes. Esta trama que tece o comunitário demonstra, por exemplo, que o plantio coletivo de feijão se relaciona com a produção, mas também com a saúde e com a natureza, tendo em vista que este é produzido agroecologicamente. Da mesma forma, a colocação pelos moradores e moradoras de que “mulheres se reúnem e cuidam juntas das crianças”, está relacionada, segundo a comunidade, com a função de

educação, mas também com a produção, já que a mobilização para o funcionamento da cozinha comunitária se dá majoritariamente pelas moradoras da comunidade. Daí a necessidade de um espaço para o cuidado com as crianças.

Ainda no início desta oficina, discutimos se a questão do cuidado na comunidade seria incorporada a uma das partes da mandala para pensarmos o planejamento territorial comunitário do acampamento. Após a conversa, a comunidade optou por não utilizá-lo como eixo, justamente pela percepção coletiva de que todas as funções mencionadas estariam perpassadas pelo cuidado. Deste modo, ainda que não diretamente presente nas palavras escritas pelas companheiras e companheiros da comunidade, o cuidado e, conseqüentemente e implicitamente, as mulheres, estariam presentes em todos espaços que dão sustentabilidade à vida na comunidade.

Em outra atividade com as moradoras e moradores, em que foram levantadas quais ações já são mobilizadas no acampamento, quais as dificuldades encontradas e os espaços utilizados para a realização destas, foi possível identificar novamente a presença e os desafios enfrentados pelas companheiras da comunidade (Figura 03).

Figura 3 - Sistematização de oficina – Quais as ações desenvolvidas pela comunidade?



Fonte: PLANTEAR, 2022.

A partir de quatro setores já utilizados para a organização da comunidade pelo próprio MST (educação, saúde, gênero e produção)¹¹, demos início à discussão sobre quais ações já são desenvolvidas pela comunidade. Analisando a sistematização da atividade (Figura 03), combinado com a recuperação das falas das moradoras e moradores, podemos destacar que: a produção de massas, merendas e almoços coletivos (setor de produção) já realizadas pela comunidade são elaboradas e gerenciadas pelas moradoras; as ações de alfabetização e conclusão do ensino médio (setor de educação) tiveram maior procura pelas mulheres – especialmente jovens – da comunidade; as atividades ligadas à saúde (setor de saúde) são supridas majoritariamente pelas mulheres de mais idade da comunidade.

Assim como na atividade da mandala, em que o cuidado estava implicitamente presente nas demais funções para pensar a vida comunitária, nesta outra atividade vemos que a presença das mulheres nas ações relacionadas à educação, produção e saúde é fundamental para a continuidade da vida comunitária. Ainda com base na sistematização representada pela figura 03, quando nos centramos a investigar as ações e dificuldades relacionadas às mulheres, apontamentos relacionados aos demais eixos temáticos se mesclam entre si:

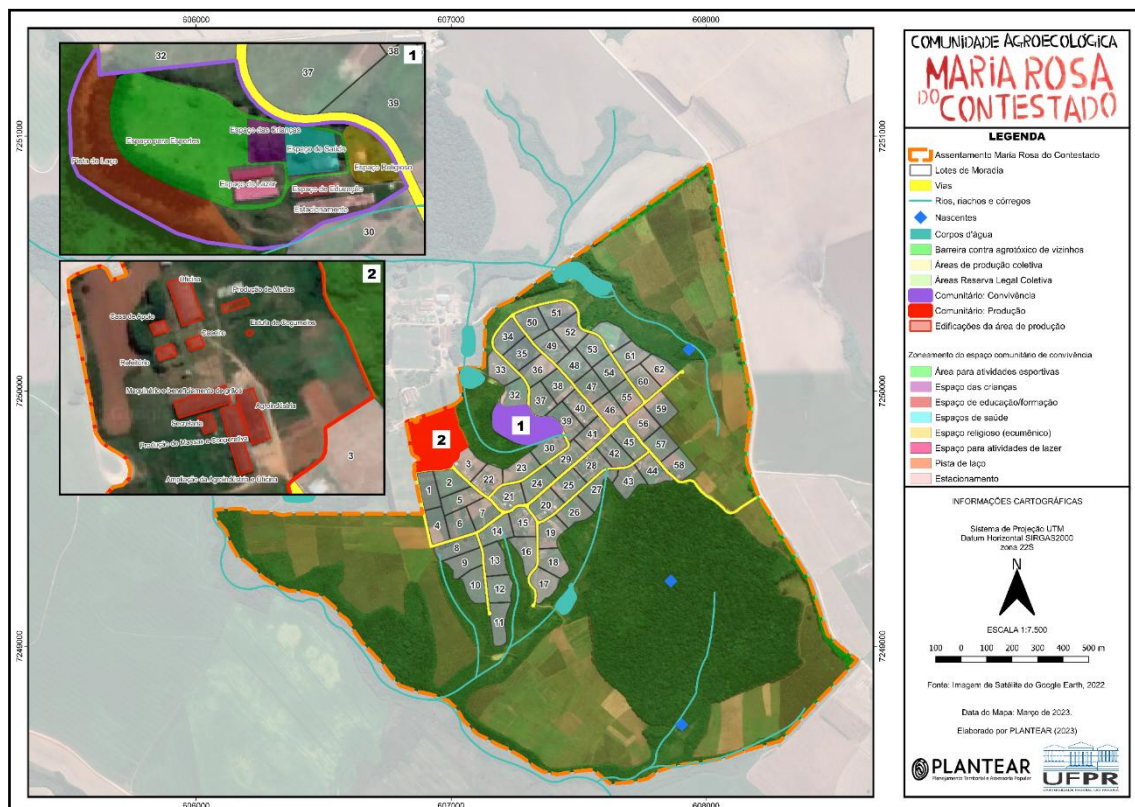
- A organização das sacolas de entrega de produtos orgânicos para comunidades vulneráveis da cidade se dá majoritariamente pelas mulheres, que também destacam o desafio de inclusão dos companheiros nas atividades de planejamento e logística de entrega dos alimentos, já que estes tendem a exercer majoritariamente o plantio nas áreas comunitárias de cultura de grãos;
- Levanta-se a necessidade de melhoria no diálogo entre homens e mulheres, especialmente quando são abordados assuntos relacionados à produção coletiva;
- Destaca-se o adoecimento e/ou estresse das mulheres devido à sobrecarga de trabalho executado tanto dentro de casa como nas atividades coletivas do acampamento;
- As atividades voltadas à panificação e à produção de massas da cozinha coletiva são desenvolvidas exclusivamente pelas mulheres da comunidade, ainda que não existam barreiras para a inclusão dos companheiros;
- Evidencia-se necessidade de que o setor de educação estruture espaços de cuidado para as crianças da comunidade, de modo que se viabilize a participação de mais mulheres nos espaços e atividades coletivas;

Conseguimos, assim, compreender a indissociabilidade entre o cuidado e as mulheres do Maria Rosa que, ainda com a sobrecarga de tarefas, realizam cotidianamente os cuidados consigo, com o outro, com a natureza, com a educação, com a forma de produção e com a saúde, expressando, especialmente, o protagonismo das moradoras em construir e gerenciar a vida comunitária. Daí a importância de incorporar o cuidado ao planejamento territorial a fim de viabilizar relações mais justas entre os sujeitos e seus territórios.

Resultado dos diálogos e reivindicações levantados ao longo das oficinas, representa-se no mapa (Figura 04) o desenho fruto do planejamento territorial da comunidade do Maria Rosa.

¹¹ A organização de setores nos acampamentos e assentamentos compõem a organicidade dos territórios coordenados pelo MST. Para saber mais, acessar: <https://mst.org.br/quem-somos/#setores>.

Figura 4 - Proposta de desenho territorial da Comunidade Maria Rosa do Contestado



Fonte: PLANTEAR, 2023.

Expressão da necessidade de reelaborar um planejamento territorial para que este atenda as demandas concretas que atravessam a vida das sujeitas e sujeitos que o habitam, elementos levantados nas oficinas com a comunidade do Maria Rosa, especialmente pelas mulheres, foram:

- Levantar espaços de diálogo e troca de experiências tanto para os homens como para mulheres;
- Incorporar espaços de lazer para as crianças para que assim mais mulheres possam integrar as atividades de produção;
- Destinar uma área específica do centro comunitário para as práticas de saúde, tanto para elaboração de uma horta medicinal como também para a construção de um espaço específico destinado ao atendimento municipal de saúde;
- Construir espaços de cultura e lazer para que não seja necessário se deslocar sempre até a cidade para acessar este tipo de atividade;
- Pensar as ruas internas para além da circulação de caminhões de carga ou carros, mas também como um caminho utilizado diariamente por mães e filhos para acessar o transporte escolar;
- Construir espaços para a formação e capacitação dos moradores e moradoras nos temas relacionados à produção agroecológica, manipulação de plantas medicinais, organização e condução das demandas da cooperativa;
- Separar espacialmente a área destinada às atividades de produção das demais atividades que compõem a vida comunitária para aproximar o centro comunitário dos lotes de moradia, a fim de diminuir os riscos de acidentes entre motoristas e pedestres

e evitar altos barulhos do dia a dia da produção que possam atrapalhar as demais atividades, como cultos religiosos, aulas, lazer, conversas calmas etc.

Ainda que com incompletudes no que diz respeito à incorporação do cuidado e da perspectiva feminista ao planejamento territorial, a experiência com o Maria Rosa expressa o exercício em pensar as várias dimensões e a relacionalidade entre as/os sujeitas/os, seus territórios e todas as demais vidas não humanas, que com diversas conexões garantem a sustentabilidade da vida em comunidade, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento que se impõe.

Propostas feministas de elaboração do planejamento desde a perspectiva do cuidado buscam romper com a maneira normativa e homogeneizante que o planejamento moderno-colonial-patriarcal impõe, implicando, assim, em uma mudança radical em relação ao sistema de valores (Punt 6, 2019). A incorporação da diversidade de corpos e identidades, a prioridade em dar sustentabilidade à vida, ou seja, de um território que dê suporte às necessidades físicas e emocionais das/os sujeitas/os que o habitam, e a construção de um território que favoreça a autonomia e fortaleça a vida comunitária são algumas das propostas feministas para elaboração de planejamentos *outros* (Punt 6, 2019). A experiência de construção do planejamento territorial do Maria Rosa do Contestado e o exercício de sistematização das práticas e desejos que atravessam a vida comunitária anunciam alternativas ao planejamento.

O cuidado como semente para outros mundos possíveis

Porto-Gonçalves (2020) indica o momento contemporâneo como um período de caos sistêmico que perpassa todas as relações de poder/saber. Na mesma linha, tanto Escobar (2014) quanto Pérez-Orozco (2019) apontam que as atuais crises do desenvolvimento, crises climáticas, crises de produção e de acesso de alimentos, dentre tantas outras crises, em verdade, revelam uma crise do modelo civilizatório que se impõe.

A nivel global, denunciábamos una profunda crisis ecológica, en la que confluyen diversos y gravísimos procesos, cuanto menos, tres: el cambio climático, la pérdida de la biodiversidad y el agotamiento de los recursos naturales [...]. En el Sur global denunciábamos cómo la imposición de severas medidas neoliberales [...] había derivado en duras crisis de reproducción social, en las cuales el sostenimiento de la vida en su doble dimensión material y emocional se volvía incierto o imposible. Con este concepto amplio abarcábamos procesos de muy diversa gravedad: desde profundas crisis alimentarias (crisis de muerte), a la imposibilidad de acceso a la salud o a la educación, los procesos de empobrecimiento, las expulsiones de la tierra, las migraciones como exilios económicos, etc. En el Norte global, denunciábamos la crisis de una dimensión concreta de la reproducción social, los cuidados, que mostraba el mal encaje entre la preeminencia de la lógica capitalista y la vida cotidiana. Y se comenzaba a denunciar una crisis de salud: "Una crisis de los cuerpos que enferman, contaminados, agotados, exhaustos ante la imposición de un modelo en el que por encima del bienestar de las personas se sitúa la búsqueda de beneficio; y una mirada médica a la que no solo le cuesta encontrar cura, sino que invisibiliza determinadas dolencias y sobremedica en general" (PÉREZ-OROZCO, p.77, 2019).

Entretanto, formas alternativas de re-existir ao modelo civilizatório imposto vêm sendo praticadas por múltiplos sujeitos e em diversos territórios:

En la medida en que las fisuras en el entramado individuo-mercado-ciencia se hagan más palpables en los momentos más álgidos de las crisis ambiental y social, en esa medida se podrán percibir las formas relacionales; tanto aquellas que siempre han estado allí, como testimonio de la tenacidad de la vida, como aquellas que emergen de las complejas coyunturas ontológico-políticas y económico-tecnológicas del presente. (ESCOBAR, 2014, p.60)

Assim, ainda que atravessados pelas dominações de poder moderno-colonial-patriarcal, uma constelação de ontologias relacionais é tecida cotidianamente por comunidades em defesa da vida e de seus territórios, que propõem alternativas ao desenvolvimento e expressam as possibilidades de outros mundos possíveis.

A experiência no Maria Rosa demonstra a pluralidade de pessoas que habitam o campo: são pessoas plurais, algumas de mais idade, outras muito jovens; algumas passaram suas vidas inteiras nas cidades, outras sempre viveram no campo; algumas embarcam no acampamento com toda sua família, outras sozinhas. Realidades plurais que carregam em suas trajetórias marcas das crises do modelo civilizatório imposto e que, acampadas/dos, buscam alternativas para construir suas vidas. O processo de construção de um planejamento territorial demonstrou um exercício coletivo de construção da comunidade, ainda que com suas contradições, o que sem dúvida antecede a elaboração do planejamento, mas que se expressa nele. Por isso, a importância de pensar como reconstruímos a relacionalidade mesmo nos ambientes mais atravessados pela modernidade: *“En otras palabras, todos/as vivimos y todo vive en el pluriverso.”* (ESCOBAR, 2014, p.60).

Ainda, o planejamento territorial do Maria Rosa demonstra a demanda por reconhecimento das diversas formas de sentir, habitar e produzir no campo, apontando alternativas aos projetos de desenvolvimento impostos desde cima para baixo. Sinaliza elementos importantes que dão sustentação a uma forma de viver e planejar a vida da própria comunidade, mesmo essa sendo atravessada por diferentes agentes e esferas de poder.

A defesa e reconhecimento de uma produção coletiva e agroecológica, a formalização de uma cooperativa criada e gerida pelas/os próprias/os produtores do acampamento, a luta por inclusão de equipamentos e acesso a serviços no próprio território são alguns destes elementos que, para além de visíveis, só se tornam viáveis por meio de uma pluralidade de trabalhos e cuidados desenvolvidos pelas mulheres acampadas. Concordando com Valle (2018), ainda que com as múltiplas violências vivenciadas em todo o mundo, são as mulheres camponesas, agricultoras, indígenas, dentre outras, que desde os seus territórios vem nos mostrando outras formas de realização da vida:

Lutas cotidianas são travadas por mulheres que buscam transformar as realidades de suas comunidades (KEMPF, et al, 2022). Por isso, se queremos anunciar as alternativas ao desenvolvimento, e não alternativas *para* o desenvolvimento, compreender as relacionalidades existentes e as transições ecológicas-políticas praticadas por sujeitos, povos e grupos sociais, não podemos nos esquivar da fundamental importância que as mulheres possuem hoje em garantir a sustentabilidade da vida: *“Reconectar nossa relação com a natureza, entre nós humanas e humanos, e as demais espécies que convivem em nosso meio de existência demanda, ao meu ver, realizarmos uma ética ecofeminista de cuidado para/com a vida.”* (VALLE, 2018, p.9).

Da mesma maneira, alternativas ao planejamento comprometidas com mundos mais justos precisam também ser pensadas desde as perspectivas feministas e do cuidado, reconhecendo e oferecendo viabilidade ao que já é tecido cotidianamente pelas mulheres em seus territórios; se desenhamos espacialmente o que queremos para nossa comunidade, tornamos palpáveis não somente nossos desejos, mas nossas formas de conceber e criar o mundo.

Por isso, pensar o planejamento territorial desde as perspectivas feministas e do cuidado nos dá subsídio para a construção de novas perguntas que incidem sobre o cotidiano das mulheres e de suas comunidades, oferecendo assim respostas outras às demandas de vida destas.

Considerações finais

No dia 07 de dezembro de 2023, em audiência judicial, foi confirmada a destinação da área ocupada pelo Maria Rosa como um assentamento de reforma agrária. Ainda que sem a continuidade dos avanços judiciais voltados à regularização fundiária da Comunidade, a confirmação da destinação da terra à reforma agrária é uma grande conquista daquelas/es que ali vivem.

A necessidade de construir um planejamento territorial *outro* para os territórios de reforma agrária trata-se de uma demanda recente do MST. Desta forma, a experiência de elaboração do planejamento territorial com o Maria Rosa mobiliza a demanda pelo reconhecimento de propostas outras de habitar e trabalhar no campo, a necessidade de adequação das políticas públicas de reforma agrária às demandas atuais das comunidades em luta pela terra, bem como - e fundamentalmente - a visibilidade do cuidado como fundamento para a permanência das famílias no campo e consolidação das comunidades.

A valorização do cuidado e do protagonismo que mulheres desempenham para a sustentabilidade da vida potencializa o *fazer* planejamento territorial, deslocando este da matriz moderna-colonial-patriarcal de poder e incorporando-o às práticas tecidas por sujeitas e sujeitos comprometidas/os com mundos mais justos. Como coloca Monnerat (2019), é preciso ampliar o espaço epistêmico para assim compreender o que desde o cotidiano vem sido mobilizado pelas mulheres e quais fissuras vêm sendo produzidas a partir de suas ações.

Sistematizar experiências de planejamentos territoriais populares, ampliar as discussões feministas sobre planejamento – especialmente no que diz respeito aos planejamentos territoriais para o campo – e dar evidência ao cuidado como uma lente para interpretação da realidade são alguns dos caminhos possíveis para a continuidade dessa agenda de pesquisa.

Referências

- ACSELRAD, H. *Mapeamentos, identidades e territórios*. In: ACSELRAD, H. (org) *Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate*. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010. p. 9-47.
- ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU (ATIX); INSTITUTO DE PESQUISA ETNOAMBIENTAL DO XINGU (IPEAX); INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA); FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS; COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU (FUNAI). (s.d) *Plano de gestão do território indígena do Xingu*. Mato Grosso.
- BATTHYANY, K (org.). (2020) *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Gabinete. *Instrução normativa nº129, de 15 de dezembro de 2022. Dispõe sobre procedimentos administrativos para a criação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra de projetos de assentamento e de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados*. Brasília, 19 de dezembro de 2022.
- BRASIL. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. *Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências*. Brasília, 5 de junho de 2012.
- CEPPUR; EMAU-CARACOL; ENCONTTRA; LAMA; MAJUP. (2022) *Estudo técnico 01-2022: Análise da viabilidade e da pertinência de destinação da fazenda capão do cipó (comunidade maria rosa do contestado), Castro/PR, para assentamento de reforma agrária - aspectos jurídicos, socioeconômicos e ambientais*. Curitiba.
- ESCOBAR, A. (2014) *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: UNAULA.
- ESCOBAR, A. *Planejamento*. In: SACHS, W (org). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. São Paulo: Editora Vozes, 200. p. 211-228.
- ESPINAL, D. L. T.; VARGAS, M. I. (2020) *Cuidado y sostenibilidad de la vida: diálogos entre la agroecología y la ecología política feministas*. Pensar la pandemia. Observatorio social del coronavirus. Disponível em: <https://www.clacso.org/cuidado-y-sostenibilidad-de-la-vida-dialogos-entre-la-agroecologia-y-la-ecologia-politica-feministas/>. Acesso em: 19 jun. 2023.
- ESTEVA, G. *Desenvolvimento*. In: SACHS, W (org). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. São Paulo: Editora Vozes, 2000. p. 59-83.
- FAVILLA, K.; PIRES, G.; PEREIRA, L. (orgs.). (2019) *Plano de vida do território indígena Kadiwéu*. Campo Grande: Mupan.
- FEDERICI, S. (2017) *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Coordenação Geral De Gestão Ambiental. (Org.). (2013) *Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: Orientações para Elaboração*. Brasília: FUNAI.
- HERNÁNDEZ, D. T. C.; JIMÉNEZ, M. B. (Coords.). (2020). *Cuerpos, territorios y feminismos: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas*. Quito: Ediciones Abya-Yala.
- KOTHARI, A.; SALLEH, A.; ESCOBAR, A.; DEMARIA, F.; ACOSTA, A. (2021) *Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante.
- KUHNEN, T. A. *A crítica ecofeminista ao paradigma do desenvolvimento: a necessidade de repensar a relação humana com a natureza*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p.01-12.
- MST. *Defender o Maria Rosa do Contestado é reafirmar nossa humanidade*. Disponível em: <https://shortlurl.com/defender-maria-rosa>. Acesso em: 04, dez. 2023.
- OROZCO, A. P. (2014) *Subversión feminista de la economía: aportes para um debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de sueños.
- PORTO GONÇALVES, C. W. (2020) *De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso*. Territorium: Revista Internacional de Riscos, nº27, p. 5-20.
- POVO RIKBAKTSA. (2014) *Plano de gestão territorial da terra indígena do escondido*. Mato Grosso.
- PUNT 6, C. (2019) *Urbanismo Feminista: por una transformación radical de los espacios de vida*.

Barcelona: Virus Editorial i Distribuïdora.
 SAMPER-ERICE, A.; CHARÃO-MARQUES, F. (2017) *Mulheres camponesas, discursos e práticas para outro desenvolvimento*. Estudos Feministas, Florianópolis, n°25, p. 683-705.
 VALLE, L. P. (2022) "Somos o que comemos!": Uma reflexão da política de cuidado ecofeminista plasmada na prática da agroecologia. Liinc em Revista, v.18, n.1, p.1-18.
 ZURIA, A. L.; CENTENO, E. F.; GUTIÉRREZ, M. V. (coords). (2020) *Feminismo socioambiental: revitalizando el debate desde América Latina*. Cuernavaca: Universidad Nacional Autónoma de México; Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias.